



**(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas do Facebook: contribuições das epistemologias pós-feminista e queer**  
*Identity (re)definitions and (de)constructions in the Facebook's activist communities: post-feminist and queer epistemological contributions*

Fabiana Poças BIONDO (UNICAMP, IEL/UFMS, CCHS)\*  
Inês SIGNORINI (UNICAMP)\*\*

**RESUMO**

*O trabalho apresenta alguns resultados de pesquisa sobre identidade de gênero e sexualidade, realizada em seis comunidades ativistas do Facebook. Através da análise de discussões sobre (re) definições e (des) construções identitárias mediadas pela escrita multimodal nesses espaços sociointeracionais, o trabalho aponta as contribuições da teoria feminista pós-moderna, ou pós-feminismo, e da teoria queer para uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, argumentando que estas contribuições são relevantes como instrumentos de produção de conhecimento em um processo contemporâneo que é de grande interesse para o campo aplicado dos estudos da linguagem.*

**Palavras-chave:** *identidade; gênero e sexualidade; feminismo pós-moderno; queer; Facebook.*

\* Professora do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e Doutoranda em Linguística Aplicada no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

\*\* Professora titular do Depto de Linguística Aplicada do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Bolsista CNPq, processo no. 305005/2011-1.

## ABSTRACT

*This paper presents some research results on identity related to genre and sexuality carried out in six Facebook activist communities. Through the analysis of discussions on identity (re)definitions and (de)constructions mediated by multimodal writing in these virtual sociointeractional spaces, it points out the contributions of post-modern feminist theory, named post-feminism, and queer theory towards a better understanding of the phenomena studied, and argues that these contributions are relevant as instruments of knowledge production in a contemporaneous process which is of great interest to the applied field of language studies.*

**Key-words:** *identity; genre and sexuality; post-modern feminism; queer; Facebook.*

## Introdução



**Figura 1** – Coisas que são unissex: TODAS.

**Rafael<sup>1</sup>:** Isso é o cúmulo do relativismo e da imbecilidade. O que impera por aqui não é a equidade sensata, mas a quebra total de padrões, um niilismo totalmente arbitrário.

**Carla:** Quebra total de padrões é lindo! qual o seu problema moço?

**Rafael:** “Quebra total de padrões é lindo!” Essa mentalidade já matou milhões de pessoas e vai continuar matando enquanto imbecis continuarem a propagá-la.

1. Apagamos as fotos e substituímos os nomes de todos os participantes das comunidades que têm sua atuação trazida para discussão. Os comentários são transcritos exatamente como aparecem nos originais, sem alterações.

(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

**Carla:** ui, libertar as pessoas de padrões mata, gente! Excesso de padrões é que aprisionam, limitam, deprimem e matam.

**Marcelo:** padrões não matam pessoas...pessoas matam pessoas.

**Carla:** “padrões não matam pessoas...pessoas matam pessoas.” sua análise é tão rasa que me deu traumatismo craniano.

(Imagem e comentários extraídos da comunidade “O machismo nosso de cada dia”, do *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/OMachismoNossoDeCadaDia?fref=ts>. Acesso em: 17/10/2014)

Este trabalho originou-se de uma pesquisa realizada em seis comunidades da rede social *Facebook*<sup>2</sup>, aut caracterizadas como ativistas da causa anti-machismo e anti-homo/trans/lesbofobia, das quais participamos como “*lurker*”, no sentido dado a este termo pela Etnografia Virtual de Hine (2000<sup>3</sup>). O diálogo acima foi extraído de uma discussão sobre estereótipos de gênero envolvendo membros de uma dessas comunidades e é parte de uma sequência de comentários feitos em reação ao *post* produzido pelo moderador em junho de 2014, no qual foi reproduzida a imagem de um muro fotografado na cidade de São Carlos, interior de São Paulo.

A imagem, acima reproduzida, chama a atenção para uma tentativa de questionamento e redefinição de padrões de classificação e separação entre “coisas” próprias do sexo masculino e do sexo feminino, tacitamente tidos como pré-definidos e fixos em nossa sociedade. Embora a imagem seja de um muro “pichado”, a mensagem não está cifrada através de códigos e estilizações do tipo das que caracterizam grande parte das pichações e grafites em muros. São utilizados recursos gráfico-visuais mais próximos dos padrões multimodais da tradição impressa para captar a atenção e, sobretudo, compor os significados a serem atribuídos ao que se vê/lê. Nesse sentido, são salientes o tamanho das letras utilizadas para grafar a palavra “todas”, destacada também pela extensão da letra “t” como num grifo, e o uso do ponto final bem marcado para sinalizar o que na língua falada se costuma verbalizar:

2. O *Facebook* é um site e um serviço de rede social fundado por Mark Zuckerberg em fevereiro de 2004, que conta, atualmente, com mais de 1 bilhão de usuários, em todo o mundo. (<http://pt.wikipedia.org/wiki/Facebook>, acesso em 09/10/2014).

3. O *lurker* caracteriza-se, por definição, como um tipo de observador invisível, um “espreitador cultural” (*a cultural lurker*), que lê as notícias, mas não faz postagens, conforme Hine (2000: 24 e 47).

Todas, ponto. Com esse recurso, a lista sugerida no início (“Coisas que são unissex:”) se torna caduca ou descabida: em sendo “todas” as coisas unissex, não há porque identificá-las e separá-las em função dos padrões socioculturais relacionados ao gênero e à sexualidade.

Em resposta à postagem da imagem, os comentários de Rafael, Marcelo e Carla são reveladores de um confronto de princípios de natureza político-ideológica, e não apenas de opiniões individuais ou provocações: fazendo equivaler “relativismo”, “nihilismo”, “imbecilidade”, arbitrariedade e “mentalidade” assassina, em contraposição a “equidade” e sensatez, Rafael se contrapõe frontalmente, apoiado por Marcelo, ao que propõe a imagem e também aos comentários de Carla, que para defender e reforçar a mensagem trazida pela imagem, tanto ridiculariza pelo deboche as afirmações dos dois (“sua análise é tão rasa que me deu traumatismo craniano.”) quanto explicita uma das premissas da comunidade em questão: “Excesso de padrões é que aprisionam, limitam, deprimem e matam.”

Em nossas análises de sequências de trocas reveladoras do confronto acima mencionado nas comunidades estudadas, atentamos, sobretudo, para dois aspectos inter-relacionados que situam a questão de investigação aqui proposta: a) a disputa/negociação/construção de significados que se realiza nos espaços-tempos de interlocução criados por tecnologias relacionadas à Internet, envolvendo, além dos recursos tecnológicos, recursos semióticos e pessoas, as quais, muitas vezes, não se conhecem fora daqueles espaços-tempos; b) a tematização da (des)construção de padrões e estereótipos como um meio para a (re)definição de identidades – redefinição das identidades de sexo e gênero – vista como necessária e urgente. Essa é de fato uma questão que permeia grande parte das discussões desenvolvidas na/pelas comunidades estudadas.

Nos embates em torno de questões de gênero e de sexualidade evidenciados nessas comunidades, ora verificamos a relação naturalizada entre identificação de gênero, órgão sexual e desejo sexual – indivíduos do gênero feminino têm vagina e têm desejo sexual pelo sexo masculino, por exemplo –, ora a negação, ou desnaturalização, dessa relação. De fato, tal identificação é problematizada pelas teorias pós-feminista e *queer*, como uma norma reguladora a aprisionar as pessoas que a

(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

ela não se submetem, bem como a obscurecer questões de poder que atuam na constituição dessa norma (cf.: Butler, 2003).

Com o objetivo, portanto, de melhor compreender questões como as observadas no exemplo acima, situando-as na chamada “problemática” pós-moderna das identidades em espaços-tempos contemporâneos (cf.: Signorini, 1998), buscamos nas epistemologias pós-feminista e *queer* contribuições teórico-metodológicas que pudessem iluminar, de forma produtiva para o campo aplicado dos estudos sobre língua(gem) e identidade, a dimensão político-ideológica dos usos da língua e de outros recursos semióticos nos espaços-tempos focalizados.

Para isso, nas seções subsequentes apresentamos inicialmente uma breve caracterização desses espaços-tempos, bem como a metodologia de coleta de registros que constituíram nosso corpus de pesquisa e, em seguida, trazemos para discussão duas sequências de trocas geradas por dois *posts* publicados nas comunidades “O Machismo nosso de cada dia” e “Moça você é machista”. Conforme pretendemos mostrar, na dinâmica dessas trocas são (re)definidas e (des)construídas identidades de gênero e sexualidade através, sobretudo, da (re)construção e (re) negociação de significados relacionados a normas em grande parte naturalizadas no meio social.

## 2. Metodologia de investigação

Conforme já mencionado, a pesquisa que embasa a discussão aqui proposta foi realizada em seis comunidades do *Facebook* que compartilham de um objetivo comum: a militância em favor da desestabilização das categorizações socioculturais relacionadas ao gênero e ao sexo, bem como contra o preconceito, a desigualdade e toda forma de opressão de algum modo ligada a essas categorizações. Tais comunidades são abertas aos usuários dessa rede social, sendo possível acompanhar todo o material publicado através de duas opções: “curtir” e/ou “seguir” posts e comentários. Com o propósito inicial de investigar os modos de construção de significados sobre gênero e sexualidade na dinâmica das discussões, nós passamos a curtir e a seguir as comunidades e a acompanhar as discussões diariamente entre janeiro e julho de 2013, quando coletamos nosso corpus de estudo.

Nossa observação foi orientada por princípios da Etnografia Virtual (Hine, 2000), metodologia que tem suas bases na etnografia tradicional, porém a reconfigura em diversos aspectos em função de seu objetivo central: a investigação de espaços *online* de interação, em suas relações de intersecção com espaços *offline*. Ao deslocar sua atenção dos espaços “físicos”, como na etnografia tradicional, para lançar seu olhar para espaços da Internet, segundo Hine (2000), é necessário que se empreenda uma nova forma de olhar para a etnografia, compreendendo também de modos diferentes noções que são essenciais a essa metodologia, como as que mais nos interessam aqui: a noção de tempo, de espaço/lugar, e de identidade.

Esses elementos da etnografia virtual estão em sintonia com a própria forma como a pesquisa é vista nessa perspectiva: amparados pela situação social. Isso significa dizer, de forma simplificada, que tanto o espaço quanto o lugar e a identidade são construtos que não preexistem como dados em situação anterior à sua construção na prática. Nesse sentido, o conceito de “lugar” ou “espaço”, por exemplo, perde a sua natureza fixa restrita ao espaço físico para ser compreendido como um “campo de relações”, que se constitui e se mantém por meio de questões culturais e sociais. De modo semelhante, a noção de tempo, na perspectiva da etnografia virtual, está em situação de determinação com a noção de espaço, sendo produzido pela ação social em curso e em sintonia com o espaço, de forma que a noção de contexto dá lugar à de “espaço-tempo”, um processo que é extremamente rico em termos de recursos materiais e discursivos, estando totalmente imbuído de relações de poder e podendo ser manipulado pelo indivíduo e pela imaginação (cf.: Leander e Mckim, 2010).

Isso não significa, por outro lado, que as fronteiras físicas sejam totalmente dispensáveis à investigação que tem como método a etnografia virtual. Pelo contrário, esses lugares são importantes justamente na medida em que se entrecruzam com os espaços *online*, de forma que, estando um imbricado no outro, ambos diluem-se em sua relação de interdependência de forma a se construírem mutuamente em termos de espaços-tempos. Na Etnografia Virtual, como mostra Hine (2000), ao invés de uma imersão prolongada em campos de pesquisa físicos, há uma ampliação da importância da linguagem e da interação mediada, não necessariamente síncrona, para a identificação e

a discussão de problemas – como o que ocorre nas comunidades do *Facebook* que constituem os espaços-tempos por nós focalizados em nossa pesquisa.

A etnografia virtual implica, ainda, um modo de olhar para a identidade não como algo “autêntico” e essencializado, ligado a um corpo físico, mas sim como negociada e amparada pela situação de interação social, justamente por sua relação direta com as situações e práticas sociais (cf.: Hine, 2000: 49). Essa visão da identidade articula-se à forma não-essencializada de compreender identidades que está na base das comunidades ativistas de gênero e sexualidade do *Facebook*, bem como das teorias que as sustentam e também às nossas análises neste trabalho.

### 2.1. As comunidades investigadas

Das seis comunidades que acompanhamos no âmbito da pesquisa maior, são focalizadas neste texto aquelas que possuem o maior número de seguidores dentre as que compuseram o corpus: “O Machismo nosso de cada dia”, com mais de 140.000 adeptos no período de observação e “Moça, você é machista”, com mais de 400.000 no mesmo período. A primeira delas utiliza uma citação de Verena Stolcke<sup>4</sup> para apresentar seu objetivo de não “mais se tornar tão semelhante aos homens quanto possível, mas transformar radicalmente as relações de gênero, projeto político que, por sua vez, requer a superação de todas as formas de desigualdade”. A segunda se define apenas como orientada por pressupostos da teoria *queer*<sup>5</sup>.

Criadas em abril e em setembro de 2012, respectivamente, ambas as comunidades possuíam um alto fluxo mensal de postagens, comentários, curtidas e compartilhamentos em suas páginas. No primeiro semestre de 2013, em que as acompanhamos, 47 *posts* estiveram em

4. Verena Stolcke é professora catedrática de antropologia social na Universidade Autônoma de Barcelona, na Espanha. Como pesquisadora-antropóloga, tem se dedicado a questões relacionadas a gênero, raça e classe (<http://www.aibr.org/antropologia/boant/entrevistas/may0401.html>. Acesso em: 20/10/2014).

5. Conforme informações disponibilizadas na página da comunidade. Os dados referentes às comunidades aqui apresentados foram atualizados em 02/10/2014, às 11h15.

destaque na comunidade “O machismo nosso de cada dia” e 112 na página da “Moça, você é machista”. No período, foram discutidas temáticas como: legalização do aborto, conceito de virgindade, estereótipos ligados aos binários homem/mulher e homossexual/bissexual, casamento igualitário, estupro (e outras formas de violência contra a mulher), machismo, homo/trans/lesbofobia, prostituição, dentre outras.

Para este trabalho, focamos os *posts* que tiveram, durante os meses de observação, o maior número de curtidas, comentários e compartilhamentos dentre aqueles que tematizavam diretamente a questão dos estereótipos de gênero e sexualidade. Além do impacto causado por esses *posts* na dinâmica sociointeracional das comunidades, nós os trazemos para discussão por representarem uma parcela do que consideramos mais representativo do movimento contemporâneo de (re) construção e (re)negociação de significados relacionados a gênero e sexualidade. Antes de passarmos às análises, porém, situamos brevemente, na seção a seguir, a base epistemológica das reflexões teóricas que se articulam a essa questão.

### **3. Epistemologia feminista pós-moderna e a problemática das identidades na pós-modernidade**

Embora o feminismo seja comumente caracterizado como um movimento de variadas tendências e de múltiplas faces, tanto no campo político quanto no teórico-epistemológico, sua constituição em termos de ciência ou de epistemologia costuma ser reconhecida a partir de três principais correntes: o empirismo feminista, a teoria do ponto de vista feminista e o feminismo pós-moderno (cf.: Alcoff e Potter, 1993; Rago, 1998; Narvaz e Koller, 2006, entre outros).

A terceira dessas correntes, para a qual nos interessa chamar a atenção, caminha ao lado da crítica cultural, teórica e epistemológica mais ampla, surgida no interior do movimento intelectual norte-americano que ficou conhecido como pós-modernismo. Extremamente influenciado pelo pensamento produzido na França dos anos 1980, particularmente pelos estudos de Michel Foucault e de Jacques Derrida (cf.: Narvaz e Koller, 2006), o pós-modernismo se apresenta como um movimento de rejeição e de contestação das estruturas totalizantes da



ciência moderna, abrindo espaço para o local, o instável, o diferente, o incerto, o contingente e as subjetividades na produção do conhecimento e no questionamento da ordem social.

A inscrição do feminismo nessa corrente implica na consolidação de um campo de estudos multidisciplinar, que defende a pluralidade metodológica e as muitas e variadas formas de gerar conhecimentos, de estabelecer as relações entre os sujeitos e os objetos de conhecimento e de se operar com o conceito de verdade. Diante dessas possibilidades, opta sempre pelo resgate da emoção e da experiência, negligenciadas na pesquisa modernista androcêntrica, abrindo-se para (e refletindo as) perspectivas de diferentes epistemologias, em favor de seu objetivo maior: a mudança social na direção do empoderamento dos grupos oprimidos, especialmente dos oprimidos por questões de gênero – com destaque inicial para o sujeito “mulher” e, posteriormente, para a revisão de todas as relações opressoras de gênero e sexualidade (cf.: Narvaz e Koller, 2006).

Mais do que para métodos e técnicas específicas de coleta e de análise de dados, portanto, o feminismo pós-moderno se volta para a “inclusão dos aspectos de gênero e de poder na construção de conhecimentos” (Narvaz e Koller, 2006: 651), orientando-se para a investigação desses aspectos de modo localizado. Assim, as abordagens qualitativo-interpretativistas e de natureza etnográfica são privilegiadas na pesquisa feminista, que rejeita as pretensões de universalidade e privilegia estudos aplicados, tendo em vista que o feminismo é, em primeira e em última instância, um movimento político, direcionado a causas e a questões de ordem do saber fazer (cf.: Alcoff e Potter, 1993).

A partir dessas abordagens, os estudos pós-feministas vêm desenvolvendo uma crítica a cada dia mais contundente às ideologias subjacentes à identificação de diferenças irreduzíveis, de ordem biológica e essencialista, entre o homem e a mulher, deslocando a atenção para possibilidades alternativas de apreensão das identidades de gênero, obscurecidas por essas ideologias. Tais alternativas, por sua vez, encontram terreno fértil em um mundo de “mutabilidade permanente” (Fridman, 2000: 72), no qual temos sido constantemente afetados pelo enorme fluxo de informações e pela ruptura com a estabilidade de tempos anteriores, especialmente a partir dos anos 1990. Desde então,

o surgimento e avanço da Internet têm propiciado, entre outras coisas, um embate de possibilidades referentes às identidades e aos processos identificatórios por meio da ampliação significativa dos modos e das oportunidades de contato com o “outro”, ou com a “outridade”.

Nesse cenário, portanto, inscreve-se o ativismo feminista em redes sociais, um contexto que tem se mostrado profícuo à investigação de questões identitárias de gênero e sexualidade informada por teorias pós-feministas. Isso porque, não obstante os diversos processos de exclusão daqueles que não têm acesso direto a esses espaços-tempos mais recentes de comunicação, são espaços-tempos tidos como democráticos e que contribuem para a cidadania, na medida em que propiciam, segundo Moita Lopes (2006), a experimentação para além das restrições locais, tirando-nos “de nosso mundo e de nossas certezas que apagam quem é diferente de nós e não nos possibilitam viver outras formas de sociabilidades” (2006: 92).

Essa ampliação das possibilidades de participação democrática na vida social contemporânea é também destacada por Beck; Giddens e Lash (1997), ao sustentarem que o mundo globalizado da Internet permitiu aos indivíduos o confronto com as suas subjetividades e com a diferença, levando-os ao questionamento das estruturas de poder e à superação das relações locais na direção de uma postura crítica, ativa e aberta ao outro. Na era da “modernização reflexiva”, sugerem os autores, torna-se possível pensar em uma sociedade melhor, mobilizando ações ativistas em favor de um mundo mais democrático.

Desse modo, ao envolver sujeitos historicamente localizados, construindo significados de modo conjunto por meio da linguagem e das tecnologias da Internet, as comunidades do *Facebook* em evidência neste trabalho constituem-se como práticas sociais situadas e como um exemplo de iniciativa legítima de militância por um mundo mais democrático. Ao agirem, nesses espaços, por meio da contestação e da negociação de significados, esses sujeitos têm acesso a pessoas e a informações que agora estão disponíveis “por um simples toque de computador” (Louro, 2008: 19), deparando-se com discursos que podem comprometer a solidez de suas crenças.

Assim, analisar as comunidades ativistas no interior de um movimento pós-moderno e, mais especificamente, em espaços-tempos

da Internet, posiciona-nos frente a frente com a desestabilização de significados consagrados pela tradição, portanto com a diferença, com a alteridade. E, como a contrapartida da alteridade é a identidade, esta é inevitavelmente trazida para o foco das discussões em busca da “certeza de que pertencemos a um determinado grupo ou comunidade”, que se afirma “no contato com aqueles em que percebemos a diferença, o outro” (Carvalho, 2010: 22). Como aponta Castells (1999: 41), a identidade vem se tornando a principal e, por vezes, a única “fonte de significado em um período histórico caracterizado pela ampla desestruturação das organizações, deslegitimação das instituições, enfraquecimento de importantes movimentos sociais e expressões culturais efêmeras”. Nesse sentido, a pós-modernidade dificultou sobremaneira a atividade de “autoconstituição” dos sujeitos, segundo Fridman (2000), pelo contínuo (re)projetar de instituições e de verdades com que opera na contemporaneidade.

Na contramão dessa busca incessante por respostas sobre “quem somos”, porém, encontra-se a transitoriedade e a incompletude das identidades, no acentuado contato com a alteridade. Nessa perspectiva, portanto, a identidade, parece estar a cada dia mais distante de se constituir como um elemento coerente e estável, mostrando-se “sempre um passo além daqueles que a perseguem”, nos termos de Bauman (2001: 10). De modo particular na Internet, onde identificamos uma multiplicidade gigantesca de discursos, culturas e sociabilidades, deparamo-nos a cada dia menos com a possibilidade de reduzir as identidades a significados únicos, e a cada dia mais com o questionamento de toda unicidade de sentido. Diante disso, Moita Lopes (2011) sugere a compreensão do gênero e da sexualidade como uma “constelação” de posicionamentos, a desestabilizar categorias essencialistas e a clamar por um movimento de “pós-identidades”.

Também nessa direção, a epistemologia feminista pós-moderna promove a desconstrução da unidade do gênero, da categoria “mulheres” e do conceito de patriarcado (cf.: Sardenberg, 2002; Narvaz e Koller, 2006 etc.), problematizando questões de poder que são inerentes à constituição dessas categorias. Esse questionamento ecoa em diferentes perspectivas teóricas alocadas no campo do pós-feminismo, como a teoria da *performatividade* do gênero (Butler, 2003, 2004; Louro, 2002; Moita Lopes, 2007 etc.) e a teoria *queer* (Jagose, 1996;

Nelson, 2006; Salih, 2012), cujas proposições iluminam parte dos embates de significado sobre gênero e sexualidade que identificamos nas comunidades do *Facebook* investigadas.

#### 4. Teoria da performatividade do gênero e teoria *queer*

**Luana:** Mulher é aquela que se sente mulher, não essa mulher imposta socialmente, mas a mulher que é feliz do jeito que é, e faz suas escolhas independente dos outros e dos julgamentos, mulher é aquela que afirma ser mulher, com vagina ou não.

(Comentário extraído da comunidade “Moça, você é machista”. Disponível em: <https://www.facebook.com/MocaVoceEMachista?fref=ts>. Acesso em: 17/10/2014).

Recortado de uma série de comentários a um dos *posts* focados na seção a seguir, a manifestação de Luana, acima transcrita, ilustra o que diferentes autores têm apontado como um traço característico da pós-modernidade, ou seja, a necessidade de se rediscutir o gênero e a sexualidade, de se situar frente às designações usuais, de se afirmar em um lugar outro em relação à rotulação tradicional.

Com vistas a melhor compreender os sentidos vindos de vozes que, como a do comentário acima, clamam pelo que (não) é “ser” ou “se sentir” em termos de gênero e sexualidade, acreditamos que a teoria da performatividade e a teoria *queer*, enquanto vertentes da teoria feminista pós-moderna, podem iluminar os modos de problematização das categorias de gênero e sexualidade, conforme a seguir.

##### 4.1. Visão performativa do gênero

Como aponta Butler (2003: 38), “o sexo, o gênero, a prática social e o desejo” estão dispostos em uma suposta relação de coerência e de continuidade, implicando-se de tal forma que, se uma pessoa é considerada “biologicamente fêmea, espera-se que exiba traços ‘femininos’ e (num mundo heteronormativo, isto é, num mundo no qual a heterossexualidade é considerada a norma) tenha desejo por homens”, conforme esclarece Salih (2012: 67).

Para problematizar e subverter essa norma de inteligibilidade que tem fixado e definido o gênero e a sexualidade em nossa sociedade, Butler (2003: 39) sugere que se, por um lado, do ponto de vista de uma cultura específica, certos tipos de identidade de gênero são considerados “meras falhas de desenvolvimento ou impossibilidades lógicas”, por outro lado, é essa mesma matriz que permite a exposição de seus limites e objetivos reguladores, por meio de críticas e da disseminação de matrizes rivais e subversivas. No exemplo citado no início desta seção, quando Luana afirma que se sentir mulher não passa, necessariamente, pela existência de uma vagina, ela está afirmando a não existência de um elo natural entre o corpo e o gênero, uma questão também discutida por Butler (2003). Na concepção da autora, pode haver fêmeas masculinas e machos femininos, de onde decorre a necessidade de se repensar tanto as relações entre sexo e gênero quanto as inquietações que são inerentes a comentários como o de Luana.

Na direção dessa necessidade de repensar as relações identitárias de gênero e as matrizes reguladoras da sexualidade que dela decorrem, Butler (2003) defende que as identidades de gênero não preexistem à ação social, mas são assumidas e construídas, por nós, no interior dessas ações e das estruturas de poder que as sustentam. Isso implica na compreensão do gênero como uma construção performativa, pois “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados” (Butler, 2003: 48, *italico no original*).

Baseada principalmente nos pensamentos de Michel Foucault, a investigação genealógica das políticas do gênero permite verificar, segundo Butler (2003), que as identidades transcendem os binarismos criados no interior da matriz heterossexual (macho/fêmea; homem/mulher; heterossexual/homossexual), enfatizando sua instabilidade. Ainda segundo essa autora, tais binários necessitam ser repensados radicalmente e compreendidos como efeitos de uma formação específica de poder que sustenta a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória. Nos termos da autora,

o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser. A genealogia política das ontologias do

gênero, em sendo bem sucedida, desconstruiria a aparência substantiva do gênero, desmembrando-a em seus atos constitutivos, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pelas várias forças que policiam a aparência social do gênero (Butler, 2003: 59).

E ao atuar no interior das epistemologias feministas, o que as ideias de Butler (2003) contrariam são políticas do feminismo que centram as suas ações em uma identidade unificada do “sujeito mulher”, uma vez que essa unicidade impede que as construções e normas políticas de identificação do conceito de identidade sejam radicalmente investigadas. Ao insistir em uma alegação universalista e na unidade da categoria mulher – insistência essa bastante marcada nos discursos feministas focados na libertação da mulher dos anos 1960-1970 –, apaga-se a multiplicidade constitutiva das identidades, ignorando as intersecções “culturais, sociais e políticas em que é construído o espectro concreto das ‘mulheres’” (Butler, 2003: 35).

Dessas considerações, bem como de uma visão performativa da linguagem ancorada na teoria dos atos de fala de Austin, desenvolveu-se uma “teoria da performatividade dos gêneros e da sexualidade”, como assevera Moita Lopes (2007). De acordo com tal perspectiva, a enunciação é considerada como a “performance de um ato”, pois, ao usar a linguagem, nós estamos agindo no mundo. O autor recorre a um exemplo de Butler, explicando que quando se afirma “é uma menina” ao se anunciar o nascimento de um bebê, tem-se o ato performativo de nomear, iniciando um processo de existência forçada de um modo de ser menina, “de acordo com certas regras e normas sociais, criando, assim, a performance específica para esse gênero” (Moita Lopes, 2007: 84). A ideia de que o gênero e a sexualidade são construções que se dão ao longo de toda a vida, de modo contínuo e infundável, também é destacada por Louro (2008: 18) como algo que ocorre por meio de várias práticas e experiências de aprendizagem, ao longo de um “processo minucioso, sutil, sempre inacabado”.

Esse modo de olhar para o gênero coloca definitivamente em desordem a sua identificação e classificação a partir de categorias tradicionais, tidas como engessadas e totalizantes por uma perspectiva epistemológica de apreensão que foca antes o provisório, o instável,

o variado e o contraditório, tanto nos processos identificatórios de sexo e gênero quanto nos relacionados às identidades sociais de modo geral.

Diante do exposto, uma política feminista e, em consequência, o ativismo de um movimento político feminista pode e deve se libertar das consequências repressivas da construção de sentidos únicos para designações do tipo mulher, homem, homossexual, heterossexual etc. Isso implica, entre outras coisas, em explorar criticamente todas as perspectivas totalizantes da tradição androcêntrica sem deixar, porém, de questionar os gestos totalizantes do próprio feminismo.

Encontramos, assim, nas ideias de Butler (2003), a sugestão de uma política ativista de gênero e sexualidade que desloque a disputa pelo poder entre “homens”, “mulheres”, “homossexuais”, “heterossexuais” etc. para a problematização de construções identitárias reguladoras, sejam elas quais forem, nas quais o poder atua na contramão de objetivos emancipatórios. São ideias também influentes na teoria *queer*, mais ligada às questões da sexualidade e que emerge desse movimento de desestabilização de identidades.

#### 4.2. *Visão performativa do sexo*

Surgida no interior de uma aliança entre teorias cujas investigações centravam-se na desconstrução da categoria do sujeito, a teoria *queer* tem suas bases nos estudos pós-estruturalistas, psicanalíticos e feministas, que, a partir dos anos 1980, afirmavam a “indeterminação e a instabilidade de todas as identidades sexuadas e ‘generificadas’” (Salih, 2012: 19). Informada por um momento histórico no qual se verificava o descentramento do sujeito cartesiano, por meio da desnaturalização de entendimentos dominantes de identidade – com destaque para a figura de Foucault e de seus trabalhos sobre a sexualidade como uma categoria social, e não essencial –, a teoria *queer* se constituiu a partir da recontextualização do conceito de sexualidade, não mais vista em sua essência e “naturalidade”, mas reconfigurada como uma espécie de “fantasia cultural”, “mito”, ou “construção mitológica”, conforme Jagose (1996).



A teoria *queer* supõe, portanto, que não há sujeito (e sexualidade) anteriormente à sua constituição em contextos e momentos específicos, uma vez que as identidades são performances contextualizadas. Assim, “as teóricas e os teóricos *queer* [...] afirmam a instabilidade e a indeterminação de *todas* as identidades ‘generificadas’ e sexuadas” (Salih, 2012: 20).

O termo *queer* (“estranho”, “anormal”, “não natural”) remete a uma forma antiga e pejorativa de se referir a homens e a mulheres homoeróticos, da qual os teóricos *queer* se apropriaram exatamente por “sua resistência à definição – por assim dizer – fácil” (Salih, 2012: 19). Para Moita Lopes (2011: s/p), o nome teria sido adaptado, na criação dos construtos dessa teoria, para problematizar questões relacionadas a “modos de viver”, a “formas sociais sempre em construção”, a um estado contínuo de “tornar-se”. Logo, não é possível dizer que exista uma “essência” a determinar a posição *queer*, pois essa posição se configura justamente por lógicas próprias “da instabilidade”, “da incerteza”, “da hibridade”.

Na teoria *queer* identificamos, assim, reflexos das ideias de Butler (2003) sobre a importância de desnaturalizar categorias identitárias que sustentam hierarquias e normas de gênero e de sexualidade. Se, por um lado, o tratamento do gênero por meio de categorias fixadas pode ser considerado como uma prática reguladora a uniformizar as identificações de gênero, por outro lado, também essa unidade no tratamento da sexualidade pode “restringir os significados relativos de ‘heterossexualidade’, ‘homossexualidade’ e ‘bissexualidade’, bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação” (Butler, 2003: 57).

Também atenta a esse caráter regulador das divisões criadas e sustentadas pelas categorias relativas à sexualidade e ao gênero, Louro (2000: 12) lembra que “ao classificar os sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribui rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”. Isso porque, afinal, “as identidades sociais e culturais são políticas”.

Por fim, ressaltamos, com Moita Lopes (2007: 83), que a relevância das discussões de Foucault a respeito do binário normativo heterosse-



(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

xual/gay, oriundo do discurso sexológico da Biologia do final do século XIX, favoreceu a circulação do conceito de homossexual tal como ele é empregado atualmente, como “‘espécie’ desviante da norma, isto é, da heterossexualidade”. Tanto a teoria da performatividade dos gêneros quanto o seu desdobramento na teoria *queer* têm permitido, portanto, “a redefinição do sentido de sexualidade em termos de fluidez, ambiguidade e provisoriedade” (Moita Lopes, 2007: 83).

## 5. Os embates em torno de questões de gênero e de sexualidade nas comunidades estudadas

Em *posts* e comentários produzidos pelas comunidades por nós investigadas, pode-se verificar que tanto a disputa quanto a acomodação de diferentes opiniões, crenças, modos de viver e de enxergar o mundo compõem as muitas tentativas de estabilização e de desestabilização de noções essencialistas e culturalmente fixadas sobre o que é ser homem, ser mulher, ser homossexual ou ser heterossexual, por exemplo. É preciso lembrar que tal dinâmica busca atender aos propósitos emancipatórios proclamados pelos membros da comunidade na medida em que favorece a desestabilização de categorias identificatórias associadas ao preconceito e à discriminação. Por isso se pode dizer que é uma dinâmica que aponta para um momento sócio-histórico de potencialização da mistura de culturas, histórias e estilos de vida, por um sistema de comunicação “glocalizado” que se manifesta, em especial, nos espaços-tempos contemporâneos da Internet (cf.: Robertson, 1995; Moita Lopes, 2013). O que não impede que tentativas de estabilização de sentidos contrários ou diversos dos convencionais operem também na contramão dos princípios de fluidez defendidos pelas comunidades, mesmo quando se pretendem a eles alinhados. É o que ilustra o excerto abaixo, extraído da comunidade “O machismo nosso de cada dia”:

**Exemplo 1:** *Post* apresentado pelo moderador da comunidade  
“O machismo nosso de cada dia”

(Disponível em: <https://www.facebook.com/OMachismoNossoDeCadaDia?fref=ts>. Acesso em: 17/10/2014)

**Comentários:**

**João:** Nenhuma conduta humana é imune à crítica. Ninguém tem o “direito” de fazer absolutamente nada sem ser criticado

**Paulo:** e qual o direito de se criticar a inidentidade de gênero alheio João?

(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

Pq algo que não interfere na vida das outras pessoas é passivo de crítica?

**Marcelo:** Frescura, papo de gente modernete. Vocês tem direito a uma velhice fudida e provavelmente em algum azilo tomando remédios pra dormir e acordando pra tomar mais remédios! Querem virar viados virem, mas parem de se fazer de vítimas! E parem de enfrescalhar a nova geração de homens com esse papo pró gayzismo.

**Glauce:** Nojentos não somos nós que apoiamos e damos direitos aos homossexuais do sexo masculino, nojentos são vocês, especialmente (de desculpe se ofederei alguém além do Marcelo) os católicos com a sua maldita hipocrisia: dizem que são contra a homossexualidade quando existem padres abusando de MENINOS! Além de serem GAYS eles são BANDIDOS que abusam SEXUALMENTE de meninos que, na maioria das vezes, não têm sua sexualidade feita e, em alguns casos, acabam indo para o mundo das drogas, ou se prostituindo. Então, ao invés de ficar criticando nós “modernetes”, vá olhar para o seu próprio rabo! Porque olhar para o outro é muito fácil, difícil é se ver.

**Michele:** NÃO, eu não li isso. Você tem noção do preconceito relacionado aos homossexuais atualmente? Você se informa a respeito? Eu tenho certeza que não. Numa boa, guarde a sua hipocrisia pra si, o mundo agradece.

Nesse exemplo, uma postagem feita pelo moderador em janeiro de 2013 busca desestabilizar papéis e identidades tradicionalmente associados ao gênero, ao apresentar o desenho, acima reproduzido, de uma cena de maquiagem, mais claramente de aplicação de batom por dois personagens: uma criança, aparentemente do sexo masculino (tipo de camiseta; cabelo muito curto), que está no centro, num plano intermediário, e uma jovem, aparentemente do sexo feminino (cabelos mais longos; lenço ou arco no cabelo), que está do lado direito da imagem, em terceiro plano. Os dois personagens são assistidos por um terceiro, que aparece de perfil do lado esquerdo em primeiro plano, aparentemente do sexo feminino (maquiagem nos olhos e boca). A aplicação do batom parece complementar a maquiagem dos olhos (sombra azul nos três personagens) e das bochechas (blush vermelho nos três personagens, parecendo mais forte na figura da criança).

Em função do letreiro sobre a imagem, porém, a ambiguidade da figura da criança se desfaz – trata-se de um menino que “explora”

a “feminilidade” – ao mesmo tempo em que outras ambiguidades se instalam – os dois outros personagens podem não ser do sexo feminino e sim de uma ou mais da “infinitas variações” entre o masculino e o feminino que “exploram” a masculinidade e a feminilidade. Ainda segundo o texto sobreposto à imagem, todos têm o direito de fazê-lo sem serem criticados ou ridicularizados.

Na discussão que se segue, conforme se pode ver nos comentários acima transcritos, a discordância de João se dá pela mudança de foco na apreensão do significado do termo “direito”, contido no letreiro da imagem: de um “direito” universal, explicitamente reivindicado no post do moderador, de “exploração” da feminilidade e da masculinidade sem críticas e ridicularizações para um pressuposto “direito” não explicitado de imunidade à crítica por parte dos membros da comunidade. E com esse deslocamento de sentido do termo “direito”, João reverte o argumento: ao invés de um “direito”, o que se está reivindicando é antes um privilégio: o da imunidade à crítica.

A discordância de Marcelo se dá por uma reversão de papéis: ao invés de “vítimas” do preconceito, conforme explicitado no comentário de Michele, ele atribui aos ativistas da comunidade o papel de agressores, mais especificamente de molestadores de homens jovens: “parem de se fazer de vítimas! E parem de enfrescalhar a nova geração de homens”. Em tom de escárnio, Marcelo também reverte o sentido de juventude, beleza e glamour atribuído aos que querem “explorar a feminilidade e a masculinidade”, conforme projetado pelo desenho da cena de maquiagem, através do estabelecimento de uma série de relações semânticas de oposição a todos esses valores: “gente modernete” é associada com “frescura”, “virar viado” e “papo pró gayzismo<sup>6</sup>”; e tudo isso com “velhice fudida”, “azilo” e “remédios”.

Em suas respostas a João e Marcelo, os três outros interlocutores usam da mesma estratégia. Paulo tenta recolocar o foco na questão da identidade de gênero, retomando a ideia do “direito” dessas identidades

---

6. Cabe chamar a atenção para o uso que Marcelo faz do neologismo “gayzismo”, termo já estabelecido em discussões na Internet, criado com o intuito de descrever uma suposta “ideologia totalitária” dos homossexuais que os fazem reagir com o argumento do “preconceito” a toda manifestação a eles contrária – em analogia ao “nazismo”.

(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

de se manifestarem livremente porque são inofensivas, ou seja, porque não são agressoras ou molestadoras, como quer Marcelo – “algo que não interfere na vida das outras pessoas é passivo de crítica?”. Também retomando os sentidos projetados pelo *post* do moderador e tacitamente aceitos pela comunidade, Michele rebate com indignação a reversão de papéis proposta por Marcelo: “Você tem noção do preconceito relacionado aos homossexuais atualmente?” E alinha-se com Glauce nos insultos dirigidos sobretudo a Marcelo.

Glauce, por sua vez, acaba produzindo uma espécie de discurso simétrico invertido dos insultos e acusações feitas por seus dois interlocutores ao atribuir-lhes também papéis e identidades invertidas em relação às que haviam projetado para si mesmos em seus comentários, e ao reduzir a comunidade dos que “têm o direito de explorar a feminilidade e masculinidade”, bem como “as infinitas variações entre eles”, à comunidade dos homossexuais masculinos: “Nojentos não somos nós que apoiamos e damos direitos aos homossexuais do sexo masculino, nojentos são vocês, especialmente (...) os católicos com a sua maldita hipocrisia.” A associação dos dois interlocutores à religião católica desencadeia uma série de outras associações como: “católicos” são como “padres” pedófilos, “GAYS”, “BANDIDOS”, abusadores de meninos, etc. É interessante observar que a inversão operada por Glauce em seu comentário pode ser lida também como uma negação de seu próprio papel de membro da comunidade que milita, justamente, pela desestabilização sistemática de estereótipos e identidades relacionadas ao gênero e ao sexo.

No exemplo a seguir, extraído da comunidade “Moça, você é machista”, são os significados tradicionalmente atribuídos ao sujeito mulher o foco da discussão.

**Exemplo 2:** Post apresentado pelo moderador da comunidade “Moça, você é machista”.



(Disponível em: <https://www.facebook.com/MocaVoceEMachista?fref=ts>. Acesso em: 17/10/2014)

**Comentários<sup>7</sup>:**

**Ana:** e nem por isso deixa de ser mulher. ou humana.  
10 de julho de 2013 às 14:02 • Curtir • 62

**Maria:** Se não tem vagina não é mulher  
10 de julho de 2013 às 14:03 • Curtir • 54

**Bruna:** E as travestis? As transsex? Não tem vagina e são mulheres tb!  
10 de julho de 2013 às 14:04 • Editado • Curtir • 113

7. Apresentamos para discussão apenas 16 dos 285 comentários gerados pelo *post*. O critério para seleção desses comentários foi a exclusão dos que têm teor semelhante aos apresentados, bem como daqueles não exatamente direcionados à temática em evidência nos *posts*, além da produtividade desses comentários para iluminar a questão de investigação.

(Re)definições e (des)construções identitárias em comunidades ativistas ...

**Danieli:** Se a pessoa se identifica como mulher, ela É mulher.  
10 de julho de 2013 às 14:04 • Curtir • 98

**Rafaela:** não saber cozinhar nem querer ter filhos me define  
10 de julho de 2013 às 14:08 • Curtir • 7

**Karina:** genteee,mas a função da mulher é essa mesma...cuidar da casa e do marido..mas nao quer dizer q tenha q ser escrava ou ter q ficar com a cara na cozinha o dia todo...eu quero sim ser uma "super Woman" mas eu nao vou fugir das minhas obrigações como mulher. que seria cuidar do marido e da casa...  
10 de julho de 2013 às 15:08 • Curtir

**Jéssica:** Karina, respeito que vc ache que essa é sua função e sua escolha mas nao imponha isso aos outros por favor. Dizer que cuidar da cada e do marido é função da mulher, desculpe mad é machista.  
10 de julho de 2013 às 15:12 • Curtir • 16

**Giseli:** identidade de gênero não é sexo biológico.  
10 de julho de 2013 às 15:51 • Curtir • 2

**Jonas:** Sou homem e amo rosa.  
10 de julho de 2013 às 16:55 • Curtir • 9

**Denise:** nem sempre, no meu caso, quase nenhuma das opções ao lado hahahahaha  
Não sou magra, não cozinho, não uso maquiagem, não sou feminina muito menos graciosa, não faço dieta, não to na moda, não uso rosa, não sou perfeita, não escuto ninguem.... mas me sinto taoouu mulher.  
10 de julho de 2013 às 16:26 • Editado • Curtir • 1

**Sophia:** Interessantemente, destas opções a única que eu me enquadro é "tem vagina".  
10 de julho de 2013 às 17:51 • Curtir • 11

**Junior:** Se o cara se sente uma mulher, ele não é uma mulher. É um homossexual. E em se tratando de genero, ele é do genero MASCULINO, MACHO, HOMEM.  
11 de julho de 2013 às 11:01 • Curtir • 1

**Fernanda:** Tipo fiquei pensando aqui, o que é ser mulher?  
10 de julho de 2013 às 21:51 • Curtir • 1

**Aline:** Confesso que fiquei com preguiça de tanto preconceito, e por isso não li nem a metade do que foi escrito.  
Mas queria levantar uma dúvida... sobre "se sentir mulher"... o sentimento mulher não está intimamente relacionado com tudo o que é imposto pela sociedade como feminino? Tipo, se fosse permitido aos



homens gostar de “coisas de meninas”, e vice e versa, não seria esse assunto menos polemico, e não sofreríamos todos beeeem menos?

12 de julho de 2013 às 21:20 • Curtir • 1

**Ângela:** o fato de ter um pênis nunca me fez ser homem! E não há comentário transfóbico no mundo que me convença do contrário!

13 de julho de 2013 às 00:22 • Curtir • 13

**Aline:** Quero repetir, porque eu sou demasiadamente carente e todo mundo me ignorou...

Identidade de gênero não está profundamente relacionado com o que a sociedade define como feminino? Obviamente, as coisas como estão hoje, um indivíduo que nascesse com um pênis e se identificasse com determinadas coisas, não viveria em paz. Ma o ideal não é que cada um goste e faça o que quiser, independente do gênero? Não seria essa a luta feminista? Não sei se eu consegui me expressar, e isso não é uma declaração anti-trans... é só uma reflexão.

16 de julho de 2013 às 23:57 • Curtir • 1

A sequência acima é parte de uma sequência maior de comentários feitos em reação ao *post* produzido pelo moderador em outubro de 2014, no qual aparece a imagem, também reproduzida acima, de uma espécie de folha de caderno escolar ilustrada com letras coloridas, algumas pequenas figuras da Matrioska russa (boneca russa tida como símbolo da fertilidade e da maternidade, composta por várias bonecas de diversos tamanhos, umas encaixadas dentro das outras) e duas colunas de coraçõezinhos vermelhos que marcam os itens de uma lista. Escrita em letra de forma, a lista contém atributos “impostos” pela mídia contemporânea (tanto a “feminina” quanto a “masculina”) para uma mulher “perfeita”, como ser magra, usar maquiagem, ser feminina, gostar de sexo, se depilar, fazer dieta e estar na moda. Contém também atributos herdados do patriarcado para uma mulher “perfeita” mais tradicional, como querer ter filhos, cozinhar, ter cabelo comprido, ser graciosa, usar rosa, amar um homem e escutar o que os outros têm a dizer sobre ela. Um único atributo biomédico está no topo da lista: ter vagina.

O título em letras garrafais coloridas sinaliza a resignificação pretendida para a lista pelo autor do post: “UMA MULHER NEM SEMPRE” tem aqueles atributos. E ao final da lista, em letras minúsculas e precedida de um asterisco, como numa nota de rodapé, é explicitada a “moral da estória”: “\*Tudo isso é opcional. Respeite.” É interessante



observar que o novo enquadre dado à lista de atributos não os invalida enquanto atributos possíveis, mas opcionais e não obrigatórios como costumam ser vistos, e não apenas pela mídia. E essa não obrigatoriedade, inclusive do atributo biomédico, é que vai ser o principal objeto da discussão gerada pelo post, conforme resume Fernanda em seu comentário: “Tipo fiquei pensando aqui, o que é ser mulher?”.

Conforme se pode verificar na sequência acima, quase todos os itens da lista são retomados nos comentários, seja para serem ratificados, como em: “Se não tem vagina não é mulher”; “mas a função da mulher é essa mesma...cuidar da casa e do marido”; seja para serem negados, como em: “identidade de gênero não é sexo biológico.”; “não saber cozinhar nem querer ter filhos me define”; seja para serem ressignificados ou subvertidos, como em: “Sou homem e amo rosa.”; “o fato de ter um pênis nunca me fez ser homem!”.

As tentativas de dissociação entre “ser mulher”, “se sentir mulher”, ser do sexo feminino e ser do gênero feminino, pelos participantes da discussão, desestabilizam categorias usualmente utilizadas para classificar, separar e discriminar, como bem apontam as teorias feminista e *queer*, mencionadas na seção anterior e que orientam o discurso ativista da comunidade “Moça, você é machista”. Nesse sentido, são coconstruídas possibilidades outras de apreensão das identidades de gênero e de sexo no espaço-tempo da discussão.

Mas somente com a “dúvida” da Aline – “queria levantar uma dúvida... sobre ‘se sentir mulher’...” – é que fica mais evidente a dimensão sociopolítica e ideológica dos processos identificatórios em que se envolvem os participantes, muito embora a tenham ignorado em seus comentários. Como insiste Aline, o “sentir-se mulher”, ou “a identidade de gênero”, “está intimamente relacionado com tudo o que é imposto pela sociedade como feminino”, ou seja, não é uma convicção, ou um “sentimento” individual e íntimo, como parecem acreditar seus interlocutores. Em sendo assim, o que entende por “luta feminista” deixa de ser uma discussão em favor ou contra determinada identificação de gênero, pois é a própria categoria gênero que é neutralizada: “Ma[s] o ideal não é que cada um goste e faça o que quiser, independente do gênero? Não seria essa a luta feminista? (...) e isso não é uma declaração anti-trans... é só uma reflexão.”.

## Considerações finais

Com vistas a dar visibilidade a um tipo de embate que tem proliferado de forma significativa nos espaços-tempos contemporâneos criados pelas tecnologias da Internet, trouxemos para discussão neste artigo exemplos extraídos de uma pesquisa realizada em seis comunidades ativistas de gênero e sexualidade do *Facebook*. Articulando a discussão às contribuições das teorias pós-feminista e *queer*, buscamos melhor situar o discurso ativista que orienta as comunidades focalizadas, bem como mostrar a relevância das construções de linguagem para os processos contemporâneos de (re)definição e de (des)construção de identidades sexuadas e generificadas.

Através dos exemplos analisados, pudemos também apontar modos de reprodução e de negação do discurso ativista em situações de conflito declarado (exemplo 1) e não declarado (exemplo 2). Nos dois casos o embate é de natureza política e ideológica e produz um deslocamento do foco da discussão proposta inicialmente pelo moderador. No primeiro caso, ao invés do esperado questionamento do “machismo nosso de cada dia”, tema recorrente do discurso ativista, tem-se o questionamento de quem tem/não tem o “direito” de tomar a palavra para defender/acusar homossexuais masculinos, ou seja, tem-se o questionamento da legitimidade tanto do objeto da discussão quanto dos que dela participam. No segundo caso, ao invés do esperado questionamento dos discursos naturalizados sobre os atributos do feminino, tem-se o questionamento da compreensão dos participantes do que seja gênero no contexto da “luta feminista”, ou seja, tem-se o questionamento da legitimidade dos sentidos produzidos pelos que pretendem falar em nome do feminismo.

Nesse sentido, as ressignificações que promovem (re)definições e (des)construções identitárias em torno de questões de gênero e sexualidade, evidenciadas nas comunidades analisadas, revelam um processo simultâneo de resistência, não só dos que se apresentam para negar o discurso ativista, como também dos que se propõem a compreendê-lo segundo uma epistemologia feminista pós-moderna: a compreensão do gênero e do sexo como performance inviabiliza a questão identitária nos termos em que tem sido tematizada. O que não significa dizer que as discussões focalizadas não adquiram uma dimensão performática

relevante para processos identificatórios de sexo e gênero que são reveladores do caráter provisório, instável, variado e contraditório das (des) (re) construções em curso.

O interesse desse estudo para o campo aplicado dos estudos da língua(gem) está, portanto, na apreensão desses processos de (des) (re) construção em suas relações com as disputas de poder e controle na interação e no mundo social, conforme já tematizado em trabalhos anteriores (Signorini, 1998; Moita Lopes, 1998; 2010). É também de interesse para esse campo a discussão epistemológica trazida pelas teorias feministas pós-modernas, na medida em que reafirma o situado, o processual e o reflexivo como componentes centrais na produção do conhecimento.

Recebido em outubro de 2014

Aprovado em outubro de 2014

E-mails: fabibiondo@gmail.com;  
inesignorini@gmail.com

## Referências bibliográficas

- BAUMAN, Zygmunt. 2001. *Modernidade Líquida*. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. 1997. *Modernização reflexiva*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista.
- BUTLER, Judith. 2003. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Undoing gender*. Psychology Press.
- CARVALHO, João Gilberto da Silva. 2010. Mirem-se no exemplo daquelas mulheres... chinesas! Representações sociais, alteridade e Gênero. In: Brasil. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *5º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres. p. 18-38.
- CASTELLS, Manuel. 1999. *A sociedade em rede*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol.1. Trad.: Roneide Venancio Majer. São Paulo: Paz e Terra.
- FRIDMAN, Luis Carlos. 2000. *Vertigens pós-modernas: configurações institucionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- HINE, Christine. 2000. *Virtual ethnography*. London: Sage Publications.
- JAGOSE, Annamarie. 1996. *Queer Theory*. An Introduction. Nova York: New York University Press.
- LEANDER, Kevin M.; MCKIM, Kelly K. 2010. Tracing the everyday 'sittings' of adolescents on the internet: A strategic adaptation of ethnography across online and offline spaces. *Education, Communication & Information*, 3(2):211-240.
- LOURO, Guacira Lopes. 2008. *Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf>. Acesso em: 20/06/2013.
- \_\_\_\_\_. 2000. Pedagogias da sexualidade. In: Louro, Guacira Lopes (Ed.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Trad.: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica. p. 9-34.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo. 2007. "Se eu fosse mulher...": performances de gênero e sexualidade em Como gostais. In: Moita Lopes, Luiz Paulo et al. (Ed.). *Performances*. Rio de Janeiro: Contra capa. p. 79-102.
- \_\_\_\_\_. 2011. *Identidades e pós-identidades*. Disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=6HDLg6\\_Jc7k](http://www.youtube.com/watch?v=6HDLg6_Jc7k). Acesso em: 23/04/2013.
- \_\_\_\_\_. 2013. Introdução. Fotografias da Linguística Aplicada brasileira na modernidade recente. In: Moita Lopes, Luiz Paulo (Org.). *Linguística Aplicada na modernidade recente: Festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: Parábola Editorial. p. 15-37.
- \_\_\_\_\_. 2006. Linguística aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. In: Moita Lopes, Luiz Paulo (Ed.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 85-107.
- \_\_\_\_\_. 2010. Os novos letramentos digitais como lugares de construção de ativismo político sobre sexualidade e gênero. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, Campinas, 49(2):393-417.
- \_\_\_\_\_. 1998. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: Signorini, Inês et al. *Língua (gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras. p. 303-330.
- NARVAZ, Marta Giudice; Koller, Sílvia Helena. 2006. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. *Psicologia em Estudo* 11(3):647-654.
- NELSON, Cynthia D. 2006. A Teoria Queer em linguística aplicada: enigmas sobre "sair do armário" em salas de aula globalizadas. In: Moita Lopes, Luiz Paulo. (Ed.). *Por uma linguística aplicada indisciplinar*. São Paulo: Parábola. p. 215-235.
- RAGO, Margareth. 1998. Epistemologia feminista, gênero e história. *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres. p. 25-37.

- ROBERTSON, Roland. 1995. Glocalization: Time-space and homogeneity-heterogeneity. *Global modernities*. p. 25-44.
- SALIH, Sara. 2012. *Judith Butler e a Teoria Queer*. Trad. Guacira Lopes Louro. Belo Horizonte: Autêntica Editora.
- SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. 2002. Da crítica feminista à ciência a uma ciência feminista. *Feminismo, Ciência e Tecnologia*. Vol. 8. Salvador, Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (REDOR), Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher (NEIM), Universidade Federal da Bahia.
- SIGNORINI, Inês. 1998. Figuras e modelos contemporâneos da subjetividade. In: Signorini, Inês *et al. Língua (gem) e identidade*. Campinas: Mercado de Letras. p. 333-380.